

# SOBRE A CRÍTICA GENÉTICA

## I – ANTECEDENTES

Sílvio Elia  
UFF

1. A Crítica Textual é velha de muitos séculos; podemos datá-la dos gregos e do séc. III a.C. Os seus principais vultos pertencem à famosa Escola de Alexandria, no Egito, cuja biblioteca, sediada no Museu, dizia-se possuir mais de 400.000 volumes. Desgraçadamente, foi destruída por um incêndio, durante a guerra de César contra o Egito (47 a.C.). Os diretores dessa monumental biblioteca foram os grandes eruditos de então: Zenódoto, Calímaco, Eratóstenes, Aristófanes, Aristarco. A princípio chamaram-se *kritikós*, depois *grammatikós* e, finalmente, *philólogos*. Eratóstenes (295-214), informa-nos Suetônio (*De grammaticis et rhetoribus*), foi o primeiro a aplicar-se a si mesmo o epíteto de “filólogo”. O conceito de Filologia era muito amplo e, durante séculos, passou a abranger também a Crítica Textual.

2. É tradição (está também em Suetônio) que a Filologia foi introduzida em Roma pelo filólogo Crates de Malos (séc. II a.C.), de formação estoíca. Coube a Élio Estilão Preconino (séc. I a.C.) dar autonomia em Roma aos estudos de Filologia. Seu mais notável discípulo foi Marco Terêncio Varrão (116-27), o maior erudito das letras latinas. Varrão distinguia quatro fases nos estudos filológicos: *lectio*, ou leitura expressiva; *enarratio*, explicação de passagens obscuras; *emendatio*, revisão e correção do texto; *iudicium*, comentário literário. Tanto Gaetano Righi como Jean Collart identificam a *emendatio* com a Crítica Textual então praticada.

3. A Idade Média não produziu nenhum novo método para a edição de textos; ainda assim deixou poderosa contribuição, cujo valor os pósteros não souberam talvez bem avaliar: a preservação da tradição escrita da cultura antiga quer clássica, quer medieval. Depois da queda do Império Romano e da chamada invasão dos bárbaros, foi no recolhimento dos *scriptoria* dos mosteiros, como os de Bobbio e Monte Casino, ou das escolas anexas às catedrais, que se refugiaram a poesia e a prosa da Antigüidade. Aos rolos em papiro sucederam os pergaminhos membráceos, que os escribas, com destreza e longa paciência, converteram em preciosos manuscritos, caligraficamente desenhados e artisticamente iluminados. A Idade Média apresentou também notáveis focos de cultura. De caráter religioso logo avultam os *mosteiros*, onde a *paciência beneditina* gravou em veneráveis

códices parte relevante do patrimônio cultural da velha Roma. O monaquismo nasceu e frutificou no séc. IV, logrando grandes êxitos na Igreja do Oriente. Coube a Bento de Núrsia (480-550) trazê-lo para o coração da Europa, fundando assim o monaquismo ocidental. Como se sabe, foram os mosteiros, na fase tumultuada que se segue à queda do Império Romano, os fiéis e escrupulosos guardiães da cultura clássica.

4. No séc. VIII, a Europa presenciou a chamada “Renascença Carolíngia”. Carlos Magno deu grande impulso à cultura ocidental, tendo fundado na corte a Escola Palatina. Rodeou-se de homens de grande saber: Eginardo, Paulo Diácono, Rábano Mouro e, notável entre os notáveis, Alcuíno, monge anglo-saxão, de York. Alcuíno introduziu como tarefa para os monges a cópia de textos e, para a difusão e multiplicação dos manuscritos, muito concorreu a renovada escrita carolíngia, minúscula arredondada, de mais fácil leitura.

As universidades vêm no séc. XII. São instituições culturais leigas, mas, na Idade Média, tudo respira espírito cristão e tem seu lado eclesiástico. As universidades se disseminaram pela Europa, onde ainda hoje se mantêm, vencendo séculos de tradição e renovando a criação do saber: Bolonha, Paris, Oxford, Montpellier, Cambridge, Orléans, Nápoles, Toulouse, Salamanca. Em Portugal se constitui em 1290, por bula papalina, a Universidade de Lisboa (que se desdobrou em Lisboa e Coimbra, obra d’el-rei D. Dinis).

Cumpra ainda pôr em relevo a excepcional participação medieval na área dos estudos lingüísticos. Quero referir-me aos *modistas* da segunda metade do séc. XIII e princípios do XIV que, com a *Grammatica Speculativa*, criaram a primeira teoria lingüística do Ocidente. Mas a decisiva contribuição cultural da Idade Média para toda a Humanidade teve um nome luminoso: cristianização.

5. O termo “Renascimento” é bem expressivo da nova mentalidade que iria marcar os albores dos Tempos Modernos. Alguma coisa estaria morta ou adormecida, e essa seria a Antigüidade Clássica, sepultada pela desconfiança e negação do espírito medieval. O alvo mais visado foi a filosofia aritotélico-tomista, que a Igreja adotara sob a forma de Escolástica. A Idade Média iria entrar na fôrma histórica de “período de trevas”, ofuscada que fôra à época pelo brilho e luminosidade do Renascimento. Como se poderá explicar a emergência desse novo paradigma cultural?

Houve uma descentralização do ângulo de visão das culturas, a *Weltanschauung* dos alemães, a alma das culturas de Spengler, a *episteme* de Foucault, o paradigma de Kuhn. Essas novas perspectivas têm de pressupor um esgotamento anterior. Em relação ao Renascimento, cumpre tomar em consideração dois fatos capitais: de um lado a crescente expansão de conhecimentos, o que ocorreu principalmente no âmbito das Universidades; de outro, as alterações que o latim falado ia sofrendo, abrindo cada vez mais o fosso entre o padrão culto e a língua corrente, dita *vulgar*. Manuscritos medievais iam-se tornando progressivamente mais co-

nhecidos, divulgando-se assim os textos clássicos e, em consequência, incrementando o gosto e o interesse pela leitura dos escritores gregos e latinos. Em contrapartida o latim medieval passou a ser sentido como de má qualidade, e o latim do Renascimento foi-se convertendo numa revivescência da língua literária dos romanos. Mais tarde, a imprensa, o papel, o livro tornaram-se o símbolo dos novos tempos. Tivemos então de um lado o latim culto, clássico e não medieval, ciceroniano, e, de outro, a língua usual, que todos praticavam, letrados ou não. Com o enfraquecimento do poder temporal do papado e a ascensão do monarquismo que sucedeu ao feudalismo, haviam-se criado na Idade Média novos reinos, com a conseqüente institucionalização e regionalização de vulgares politicamente privilegiados e oficializados pelas diferentes chancelarias. O latim continuava padrão culto universal (ainda no séc. XVII era o latim a língua da ciência e da Filologia, diz Meillet, e, somente a partir do séc. XVIII é que foi deixando de ser a língua sábia do Ocidente), mas as línguas vulgares, agora línguas nacionais, as autênticas línguas vivas, é que viriam ocupar os espaços que se foram abrindo com a progressiva retirada do venerando idioma latino, logo apodado de “língua morta”.

6. Os primeiros sinais dessa basilar clivagem histórica se manifestaram na Itália, convertida em pátria do Renascimento. A primeira grande obra literária escrita em *volgare illustre* foi a *Comedia*, de Dante Alighieri (séc. XIII). Dante aliava à potencialidade criativa de sua mente o amor flamante do estudo e da pesquisa. As suas incansáveis indagações em busca de um *volgare illustre*, p. ex., permitiram informações valiosas sobre os falares italianos. Seguiram-se-lhe Petrarca e Boccaccio (séc. XIV), completando-se assim “as três coroas”. Podemos considerar essa época, o séc. XIV, como um pré-renascimento.

Intensifica-se a busca febril de manuscritos. *Petrarca* foi dos que mais se distinguiram nesse afã. Aos vinte anos já havia copiado vários livros da *História Romana (ab Urbe condita)*, de Tito Lívio. Mas a sua grande paixão foi Cícero, de quem descobriu importantes manuscritos, como o *Pro Archia* e as *Epistulae ad Atticum, ad Quintum Fratrem e ad Brutum*. O interesse pelos clássicos latinos alargou-se naturalmente até os autores gregos, mestres dos romanos. Petrarca lançou-se ao estudo do idioma helênico, no que, dizem, logrou apenas alguns êxitos. Leitor obstinado, formou uma biblioteca que, no gênero, suplantou a todas então existentes.

*Boccaccio*, contemporâneo um pouco mais jovem que Petrarca, distinguiu-se antes como humanista do que como filólogo. Rebuscou muitos manuscritos, particularmente no tesouro bibliográfico de Monte Casino, mas não concorreu com novos achados para o progresso da Crítica Textual.

Também nesse período cabe incluir *Poggio Bracciolini* (1380-1459), havido como o mais afortunado descobridor de textos antigos. Secretário papalino, encontrou tempo para algumas viagens exploratórias. No mosteiro de Cluny, na Borgonha, encontrou um manuscrito com vários discursos de Cícero; de Saint Gall, na Suíça, trouxe, de uma primeira viagem, as *Institutiones Oratoriae*, de Quintiliano e, numa segunda viagem a Saint Gall e Alemanha, descobriu manuscritos do *De rerum*

*natura*, de Lucrécio, das *Silvae*, de Estácio, das *Punica*, de Sílio Itálico. Da Inglaterra trouxe um manuscrito de Petrônio (*excerpta vulgaria*) e, de Colônia, um segundo manuscrito, com o texto completo da famosa *Cena Trimalchionis*.

7. O Renascimento ppte. dito é o do século XV e, mais representativamente, do XVI. Do séc. XV destacaremos Nicolau V, Lourenço Valla e Ângelo Poliziano.

*Nicolau V* (1447-1455) foi dos mais entusiastas cultores do humanismo clássico. Coligiu grande cópia de manuscritos, fundou a Biblioteca Vaticana, criou uma escola de tradutores versados na língua grega, de onde nasceram os textos latinos de Tucídides, Heródoto, Xenofonte, Platão, Aristóteles, Teofrasto, Ptolomeu, Estrabão.

*Lourenço Valla* (1407-1457) chegou a ser considerado o fundador da crítica histórica, quando denunciou a falsidade da *Donatio constantiniana*, segundo a qual o Estado Pontifício seria uma doação do imperador Constantino. Um de seus argumentos foi o de que a linguagem do documento apresentava características próprias de época posterior. Confrontou a tradução latina da Bíblia por São Jerônimo com o original grego, apontando discordâncias que chamou erros. Muito importante como contribuição ao desenvolvimento da Crítica Textual são as suas *Emendationes sex librorum Titi Livi* (livros 21-26), trabalho que Reynolds & Wilson declaram obra capital da Filologia.

*Ângelo Poliziano* (1454-1494) revelou-se o mais importante filólogo do período, além de grande poeta. Leitor insaciável, acumulou enorme erudição, de que é expressivo exemplo a sua *Miscellanea*, de que só tivemos a primeira parte e *centuria prima* (a segunda *centuria* só veio a lume em 1972, impressão de um rascunho autografado); o trabalho já foi comparado às *Noctes Atticae*, de Aulo Gélío. Em seu tempo começaram a aparecer os primeiros textos impressos.

8. No séc. XVI, a figura de humanista que mais se distinguiu foi a de *Erasmus de Roterdão* (1469-1536). Nasceu na Holanda, mas, diz Victor José Herero, culturalmente não se lhe pode designar pátria definida. Em certo momento sentiu-se identificado com a causa reformista, tendo combatido a Escolástica e satirizado as instituições monásticas no *Elogio da Loucura*; mais tarde, reaproximou-se do Catolicismo (de início fizera-se ele próprio monge). Sua importância para a Crítica Textual foi notável, não só como editor de textos, mas também como pertinaz farejador das melhores fontes manuscritas. Dentre os gregos, editou a Aristóteles e preparou um texto do *Novo Testamento*. Dentre os clássicos, a sua edição de Tito Lívio é havida como a mais importante, pois incluiu, pela primeira vez, os livros XL a XLV. Ganhou fama o seu tratado *De recta latini graecique sermonis pronuntiatione dialogus*, no qual procurou restituir a pronúncia grega às suas origens clássicas, o que desde então, passou a ser conhecido como “pronúncia erasmiana”.

*Guilherme Budé* (1468-1540), contemporâneo de Erasmo, é havido como o primeiro grande filólogo clássico francês e, segundo Righi, fez com que o primado

da Filologia passasse da Itália para a França. A suas instâncias, Francisco I fundou o *Collège des Lecteurs Royaux*, mais tarde *Collège de France*. Em França, a justamente reputada edição de textos clássicos gregos e latinos, integrada na *Collection des Universités de France*, e conhecida como “Les Belles Lettres”, é publicada sob o patrocínio da *Association Guillaume Budé*.

*Roberto Etienne* ou *Robert Estienne* (1503-1559) pertenceu a uma famosa família de editores, os Stephani. Ele próprio se fez autor, impressor, revisor e editor. A obra que o celebrou foi o *Thesaurus Linguae Latinae* (1531), só ofuscado em 1771 com o *Totius Lexicon Latinatis*, de A. Forcellini.

*Petrus Ramus* ou *Pierre de la Ramée* (1515-1572) revelou-se encarniçado antiaristotélico. Talvez a sua mais positiva contribuição seja a *Grammatica* de 1559, que alguns vêem como uma espécie de antecipação do estruturalismo. As suas posições protestantes tornaram-no vítima mortal da tristemente célebre “noite de São Bartolomeu”.

*José Justo Escalígero* (1540-1609) teve maior importância para a Crítica Textual. De extraordinária erudição, lançou-se ao estudo do grego, que conhecia como poucos, e fez numerosas versões de autores helênicos para o latim e vice-versa. Atraído pelo estudo do latim arcaico, preparou uma edição de *Festo*, com base num manuscrito defeituoso cujas falhas procurou suprir. Editou também Tibulo, Propércio e Manílio. Segundo Pfeiffer, chegou a alcançar a noção de arquétipo medieval. É tido como fundador da Epigrafia, mas talvez a sua maior façanha tenha sido a de editar, por conjectura e recolha fragmentária de dados, o primeiro livro da *Crônica*, de Eusébio, que ele próprio dava como perdido; pois bem, dois séculos mais tarde, precioso achado confirmou a sua hipotética reconstrução.

*Hugo Grócio* (1583-1645) editou Lucano e Sílio Itálico. Contudo ficou mais conhecido como jurista, devido ao seu *De iure belli et pacis*, em que dissertou sobre os fundamentos do direito natural como base para o direito internacional.

*Justo Lúpsio* (1547-1606) foi professor de História na Universidade Católica de Lovaina, fundada em 1517, e de Latim no *Colégio Trilíngüe*, que integrava o patrimônio da referida. No campo da Crítica Textual, sua principal contribuição foi a publicação das obras de Tácito e, com menor brilho, das *Tragédias* de Sêneca.

*Joaquim Camerário* (1500-1574) já foi havido como o maior filólogo do séc. XVI. Talvez porque, de todos os alemães, era quem melhor conhecia o grego. Editou Teofrasto, o *Tetrabiblos* de Ptolomeu, o *Almagesto*. Dentre os latinos, a sua principal contribuição foi a edição das comédias de Plauto, para a qual se utilizou de dois novos manuscritos, conhecidos como palatinos.

9. Entre os humanistas espanhóis, três nomes se destacaram: *Luis Vives*, *Antônio de Nebrija* e *Francisco Sánchez de las Brozas* (o *Brocense*).

*Luis Vives* (1492-1540) foi um renovador dos métodos pedagógicos e o mais representativo dos humanistas espanhóis. Defendeu ardorosamente a primazia do

latim clássico sobre o medieval e, contra os modistas, antepunha o *usus* dos grandes autores da literatura romana às *causae* dos logicistas da *grammatica speculativa*.

*Antônio de Nebrija* (*Nebrissa*, *Nebrixa* ou *Lebrixa*) nasceu na província de Sevilha em 1444 e faleceu em Alcalá de Henares em 1522. Foi leitor e depois catedrático na Universidade de Salamanca, e são dessa época as suas *Introductiones latinae*, que marcaram época na história do humanismo espanhol (Antônio Quilis). A sua obra mais conhecida é a *Gramática de la lengua castellana*, publicada em 1492, na verdade a primeira gramática de uma língua românica, escrita nessa mesma língua. A Gramática de Nebrija influenciou nas gramáticas portuguesas de Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540).

*Francisco Sánchez de las Brozas*, o *Brocense* (1523-1601) escreveu *Verae brevesque grammaticae latinae institutiones* e uma *Arte para saber latim*. Editou e comentou as *Bucólicas*, de Virgílio, o *Ibis*, de Ovídio e, o que se considera a sua melhor produção, a obra do geógrafo de Hispania, Pompônio Mela, autor de uma *Chorographia*. Contudo o trabalho que lhe deu fama duradoura foi *Minerva seu de causis linguae latinae*, livro cujo título repete o *De causis linguae latinae*, de Júlio César Escalígero.

10. Em Portugal, o Humanismo, diz-nos o Prof. Américo da Costa Ramalho, catedrático da Universidade de Coimbra, só entrou em 1485, com a chegada de Cataldo Parísio Sículo. Não houve edições de autores gregos ou latinos, mas não foram poucos os que escreveram na língua do velho Lácio.

Segundo Serafim da Silva Neto, em *Vida de Frei Pedro*, “Mestre André de Resende forma, com Damião de Góis e D. Jerônimo Osório, o trio dos grandes humanistas portugueses do século XVI”.

*Damião de Góis* (1502-1574) foi principalmente historiador. Escreveu a *Crônica de D. Manuel I* e a *Crônica do Príncipe D. João* (o futuro D. João II), na qualidade de Guarda-Mor da Torre do Tombo, além de outras obras, quase sempre em latim.

Mestre *André de Resende* (Lúcio André de Resende e não André Falcão de Resende) nasceu em Évora em 1500 (Silva Neto diz “por volta de 1493”) e faleceu em 1573. Em Lovaina manteve relações com o famoso humanista Nicolau Cleonardo, que, a instâncias suas, viria a ser preceptor do infante D. Henrique, futuro rei de Portugal. A sua obra está praticamente toda em latim, podendo-se destacar o *De Antiquitatibus Lusitaniae* e o *Epitome rerum gestarum in India a Lusitanis*. Em português cabe citar a *História da antiguidade da cidade de Évora* e a *Santa Vida e religiosa conversação de Frei Pedro*, obra esta que mereceu cuidadosa edição fac-similada, com transcrição e notas pelo filólogo brasileiro Serafim da Silva Neto. Foi André de Resende o criador do neologismo *lusíadas*.

*D. Jerônimo Osório* (1506-1580) chegou a bispo de Silves e, em seus escritos, quase todos de cunho filosófico, manteve-se sempre dentro da mais estrita ortodoxia romana. Dentre as obras em latim, convém pôr de relevo *De rebus Emmanuelis gestis*, várias reedições, tradução francesa de 1581, versão portuguesa

de Filinto Elísio, em três volumes 1804-1806, texto inglês de Gibbs, em dois volumes, 1752. Em português deixou-nos numerosas *Cartas*, onde se mostra pensador arguto e mestre do estilo.

A esses nomes devemos acrescentar os dos dois primeiros gramáticos portugueses: Fernão de Oliveira e João de Barros.

*Fernão de Oliveira* (1507-1580/81) nasceu em Aveiro, passou a infância na Beira, entrou aos 13 anos como noviço no convento dos dominicanos, onde foi discípulo de André de Resende, passou-se à Espanha, foi secularizado por Paulo III, fez-se mestre dos meninos, dentre os quais um filho de João de Barros, esteve na Itália, freqüentou a corte de Henrique VIII, na Inglaterra, voltou a Portugal, é denunciado e preso pela Santa Inquisição, que lhe devolve a liberdade um ano depois, parte para o norte da África na qualidade de capelão, regressa a Lisboa, fica em Portugal e volta ao cárcere de 1555 a 1557; daí em diante começam os tempos obscuros de sua vida.

A sua obra principal é a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, que chamava “anotação”, publicada em 1536. É a primeira gramática da língua portuguesa, e o próprio F. de O. declara, no capítulo final da obra que a escreveu “sem ter outro exemplo antes de mim”. No entanto, como se sabe, João de Barros, em sua *Gramática* de 1540, ao exemplificar o uso do nome personativo sem artigo, formula este exemplo: “Joam de Barros foy o primeiro que pos a nossa linguagem em arte”. Tem-se entendido, para desfazer a contradição, que J. de B. compreendia *arte* no sentido de sistematização tradicional dos fatos da linguagem, pauta a que não obedeceu rigorosamente F. de O. O famoso lingüista romeno Eugenio Coseriu dedicou a essa gramática notável estudo (escrito em alemão, mas já traduzido para o português), no qual assim se expressa: “Ele é, depois de Nebrija, um dos gramáticos mais originais (em certo sentido o mais original) e, antes de Rhys e de G. Bartoli, o mais importante foneticista da Renascença na România. As suas idéias em Lexicologia e no que hoje se poderia chamar “Sociolingüística” são das mais notáveis, sua contribuição no campo de certas questões da lingüística descritiva, de grande lucidez”.

*João de Barros* (1496-1570) foi essencialmente historiador, mas estendeu a sua produção literária a outras áreas, como a ficção, na novela de cavalaria *Crônica do Imperador Clarimundo*, os escritos moralistas, a exemplo do *Diálogo da Viciosa Vergonha* e a gramaticografia.

No âmbito da Filologia, a sua obra fundamental é a *Grammatica da Língua Portuguesa*, de 1540. Ao contrário de Fernão de Oliveira, Barros seguiu mais de perto o modelo de Nebrija, que era o do sistema tradicionalmente usado nas diferentes *artes* que, desde a Idade Média, se vinham publicando. João de Barros adotou um sistema ortográfico próprio, que mereceu excelente estudo do conhecido lusófilo francês, Paul Teyssier, inserto nos *Annali dell' Istituto Universitario Orientale*, de Nápoles, 1966.

A *Grammatica* é precedida de uma *Cartinha* (hoje diríamos *cartilha*), editada em 1539, como primeira parte do conjunto que é toda a *Grammatica*. Tinha por

fim levar aos meninos “o primeiro leite de sua criação”, acentua Maria Leonor Carvalho Buescu.

11. O século XVII representou, para falar com Foucault, uma viragem epistêmica na história do pensamento ocidental. Vindo da velha Grécia, não há senão como bipartir o nosso mundo cultural em dois blocos fundamentais: o do *paganismo* e o do *cristianismo*. Não são impermeáveis, pois o que no paganismo não era “essencialmente pagão” veio sendo decantado através dos tempos pelo filtro da consciência cristã. Há, portanto, que contar, e de forma relevante, no plasma de nossa civilização, com a herança greco-latina.

Se designarmos genericamente *Crítica Textual* o tipo de pesquisa que tem por meta a edição da obra escrita, e denominarmos englobadamente como “Crítica Filológica” o período em que se veio desenvolvendo até o séc. XVI, veremos que o processo se desdobrou cronologicamente em Antiguidade, Idade Média, Renascimento.

Começa a Antiguidade Clássica com os gregos, e os romanos os seguem sem maior originalidade. A preocupação é recolher os textos antigos, muitos deles ecoando na tradição oral, como os homéricos. Os papiros mais remotos datam do séc. IV a.C., e é com papiros e pergaminhos que os filólogos gregos têm de trabalhar. Como é fácil de supor, há muitas dúvidas quanto à redação do que devia ser o “mesmo texto”. Dai o afã de buscar novos testemunhos, compará-los, corrigi-los e até completá-los, valendo para isso os conhecimentos e o faro lingüístico-literário do editor. Prática idêntica efeturam os romanos, e a esse momento do período filológico da Crítica Textual é o que passamos a denominar simplesmente “clássico”.

Na Idade Média intensificou-se a procura de manuscritos; não propriamente para editá-los e sim para preservá-los e difundi-los em cópias. Essa a tarefa benemérita dos “copistas”, graças aos quais salvou-se a melhor parte do tesouro intelectual greco-latino. Instalam-se nos conventos os *scriptoria*, onde os monges exercitam pacientemente o seu labor diurno e mais freqüentemente noturno. “Aí se transcrevem e copiam”, diz Antônio Houaiss, “os melhores exemplares das obras da Antiguidade, bem como a dos Padres da Igreja” (1967: II, 73). A propósito do mosteiro de Monte Casino, realça Gaetano Righi que “São Bento instituiu como tarefa ascética e purificadora a penosa cópia dos códices antigos e não porque visse propriamente neles um valor cultural autônomo para a cultura cristã. A proverbial atividade dos monges beneditinos também neste ofício de copistas de códices passou a ser sinônima de paciência, diligência e exatidão” (1967: 79-80). Todavia convém não esquecer que a Idade Média nos legou uma obra basilar no domínio da Crítica Filológica: o texto da Bíblia mandado preparar pelo papa Dâmaso a S. Jerônimo (séc. IV), texto que se tornou conhecido como *Vulgata*, designação devida a Rogério Bacon.

12. A crítica humanista representou aparentemente um regresso, pois viria fazer “renascer” a Antiguidade greco-romana. É verdade, mas dentro de um outro espírito: o do humanismo *cristão* e não *pagão*. O espírito humanista do Renas-

cimento, porém, de natureza autonomamente antropocêntrica, é que iria caminhar no sentido de um novo ciclo cultural. E o percurso desse desdobramento já não é difícil de fazer. Começou com a Reforma de Lutero e o seu princípio do “livre exame”. O livro exame marca o momento em que o homem antepõe o seu verbo ao Verbum divino.

13. Mas essa sobreposição do juízo humano à palavra bíblica trazia em seu núcleo indissociável geminação: a razão elevada a lei suprema do saber. Não tardaria, pois, que a Razão – *a déesse Raison* – reivindicasse o seu direito de senhora absoluta da Verdade. O século seguinte, o XVII, verá isso: o triunfo do racionalismo. Surgirá então um novo *mito* (no sentido de força subjacente e modeladora da forma de uma cultura), o da Ciência como a única fonte possível do Saber. O impulso inicial surgiu no séc. XVI, com a descoberta de *Copérnico*, de que era a Terra que girava em torno do Sol e não o contrário, como antes se pensava (geocentrismo e não heliocentrismo). Eis a chamada “revolução copernicana”, de que nasceram alguns filhotes menos ilustres. Adormecida durante algum tempo, em virtude da confusão de alguns teólogos de prestígio, entre conhecimento leigo e conhecimento transcendental, a tese foi revigorada nas primeiras décadas do séc. XVII pelo físico e matemático Galileu Galilei, que confirmou, por meio de cálculos fundados na observação, o movimento da Terra. Isso, contudo, lhe valeu condenação pelo Vaticano (já anulada pelo papa João Paulo II, dado que ficou definitivamente comprovado estar a verdade do lado de Galileu) e o levou a inútil retratação. *Isaac Newton* (segunda metade do séc. XVII e princípios do XVIII) foi o grande teórico (ele que rejeitava hipóteses e se apegava unicamente aos fatos) do método indutivo como a forma legítima de aquisição do saber. Passou à história como o formulador da lei da gravitação universal. Os notáveis êxitos da física matemática na revelação do que parecia até então segredos da natureza levou a nova concepção do mundo, regido por leis imutáveis a que teremos infalivelmente de obedecer, se quisermos pô-las a nosso serviço. Portanto a Física não e mais a Metafísica é que irá ocupar o lugar de *scientia reatrix*.

14. Enfim *Descartes* chegou. Trouxe o complemento filosófico que faltava ao experimentalismo newtoniano. Seu ponto de partida é o *cogito*, o pensamento. Pensar o mundo é criar o mundo. O mundo é um mecanismo, extensão e movimento, verdadeira máquina cujo funcionamento resultaria de uma série de ações e reações. Extensão e movimento entregues à racionalização do cálculo matemático. Tudo se passa, portanto, ao nível da razão especulativa, o *homo cogitans*, que analisa e formaliza o mundo criado por Deus. A razão soberana, seguindo um método escalonado de encadeamentos lógicos, permitirá ao homem o conhecimento certo das coisas, observando a relação de causa a efeito: *cognitio certa per causas*. Prosseguia triunfante a revolução científica.

A nova cosmovisão não podia deixar de refletir-se no campo até então arado pelos filólogos. E um nome passou a ser representativo dessa metempsicose cul-

tural, por assim dizer, o do inglês *Richard Bentley* (1662-1742). A maioria dos seus escritos pertencem ao séc. XVIII., que apreciaremos juntamente com o XVII.

Bentley não criou um novo método que já se pudesse chamar “científico”. Mas respirava a atmosfera dos novos tempos, admirava Isaac Newton, de quem se fez amigo e cujos princípios aceitava, e aos livros sagrados antepunha “os grandiosos volumes da natureza visível e as tábuas perenes da reta razão”. De grande erudição e agudeza intelectual, usava de um estilo ríspido e contundente. Dedicou-se particularmente ao estudo dos textos gregos, mas a literatura latina não lhe foi alheia. A sua *Dissertação sobre as Epístolas de Fálaris* são de 1697; contudo foi a segunda edição, aumentada, de 1699 que lhe deu fama em toda a Europa. Nos últimos anos de vida foi que projetou dois trabalhos de fôlego: as edições de Homero e do *Novo Testamento*, as quais, infelizmente, não se efetivaram. Quanto ao *Novo Testamento*, Bentley já havia recolhido, durante mais de vinte anos, vários manuscritos; a sua intenção era substituir o *textus receptus* por uma “Carta Magna para toda a Igreja Cristã”. Como salienta Pfeiffer, ainda que não tivesse concretizado a edição, o projeto de Bentley se antecipou de um século à obra de Lachmann.

Bentley foi incansável pesquisador e farejador de manuscritos. Contudo não logrou criar um método objetivo para a Crítica Textual, o que foi o mérito de Lachmann. Ao contrário, fazia predominar a *divinatio na restitutio textus*. As seguintes palavras, extraídas das notas a um texto de Horácio, soam como uma profissão de fé, malgrado as restrições de Pfeiffer: “nobis et ratio et res ipsa centum codicibus potiores sunt”. Sublinhe-se que, em sua edição de Horácio, Bentley, aplicando o método conjectural (e aqui lembra o nosso Faria e Sousa ao editar a lírica de Camões), fez mais de seiscentas correções, quase todas infelizes.

15. O embate entre as duas cosmovisões deu-se principalmente nos solos da França e da Inglaterra. Na França revestiu-se da forma de uma *Querelle entre anciens et modernes* e, na Inglaterra, produziu a famosa *Battle of the Books* para falar como Swift. Na terra gaulesa, arregimentaram-se, ao lado dos modernos, Desmarests, Fontenelle e principalmente Perrault; no lado oposto, acima de todos Boileau, que, afinal, veio a reconciliar-se com Perrault. Nas ilhas britânicas, Sir William Temple tomou a dianteira com um pequeno livro escrito em 1690, *An essay upon the ancient and modern learning*, onde advogou o primado do Classicismo. Não tardou que, pouco depois, surgisse um contendor brilhante, William Wotto, em suas *Reflections upon ancient and modern learning*, 1694. O tempo porém iria pender para o lado dos modernos, dentre os quais sem dúvida Richard Bentley, apesar de seu amor declarado aos clássicos. Highet a ele se refere como “a mais alta cultura não só em Cambridge mas em toda a Inglaterra, e não apenas na Inglaterra mas no mundo inteiro” (1959: 283). Afirmação que, obviamente, devemos limitar à sua época.

16. Novo período se abre no século XIX, com a Crítica Textual considerada “científica” e que poderemos qualificar como *Crítica Lingüística*, em oposição ao período anterior dito por nós *filológico*. O nome de Bentley representa

a transição. Neste século, Cerquigliani vê três momentos (chama-os “períodos”): o primeiro vai de 1830 a 1860, o segundo, de 1860 a 1913 e o terceiro, dominado pela figura de Joseph Bédier, de 1864 a 1938. No primeiro período, Cerquigliani pretende resgatar a contribuição que julga ter sido injustamente marginalizada, de uma “geração de sábios”, mas reconhece que não puderam ir além de “edições empíricas”. Valeriam, contudo, como “pioneiros”, e, em seus trabalhos, as suas intervenções são cautelosas e apreciáveis, corrigem pontos de linguagem onde o texto se mostra incompreensível, quase não calafetam um manuscrito, em caso de divergência entre as fontes ou selecionam um manuscrito preferido, pondo em notas as variantes, ou apresentam as diferentes versões. A conclusão de Cerquigliani é a de que: “De ces travaux estimables, plus d’un peut toujours être utilisé.”

17. O segundo período Cerquigliani preenche-o com a figura do filólogo e linguista *Karl Lachmann* (1793-1851). É o grande momento da Filologia e da Lingüística alemãs. Cerquigliani viu a Lachmann como “figura mítica”, “professor político e mundano”, “sábio prussiano”.

A primeira metade da passada centúria assiste ao surgimento do método histórico-comparativo, fundamento da Lingüística Histórica. Em 1876, Sir William Jones lê perante a Royal Asiatic Society, de Calcutá, uma comunicação em que demonstra o parentesco do sânscrito, língua da Índia, com o grego, o latim e o germânico. Na mesma linha de pesquisa, em 1808, Frederico von Schlegel publica *Über die Sprache und die Weisheit der Indier* e teve como continuador a seu irmão Guilherme, professor de sânscrito em Bonn. Mas cabe ao Alemão Franz Bopp (1791-1861) a glória de ter passado à história como o fundador do método histórico-comparativo, com a sua obra (vai o título em português) *Sobre Sistema de Conjugação do Sânscrito em Comparação com o do Grego, Latim, Persa e Germânico* (1816). Na verdade o dinamarquês Rasmus Rask havia redigido anteriormente para um concurso aberto pela Academia Dinamarquesa um trabalho sobre *A origem da língua nórdica ou islandesa* (1811); mas o trabalho só veio a lume, e em dinamarquês, em 1818, portanto dois anos depois do de Bopp. Para determinar a origem do islandês, Rask empreendeu um estudo mais amplo, que o levou a comparar o germânico, o eslavo, o báltico, o grego, o latim, o armênio, apontando-lhes as afinidades. Mas, como se vê, Rask não incluiu o sânscrito na comparação e, além disso, excluiu o céltico.

O método foi acertadamente designado como histórico-comparativo. Histórico, porque investiga as línguas através dos tempos, e comparativo, porque as compara para descobrir-lhes o possível “parentesco”, isto é, o serem descendentes de um tronco comum, constituindo-se assim numa “família lingüística”. As línguas foram então classificadas genealógicamente, ou seja, em função de uma língua primitiva, normalmente desaparecida nos tempos. Uma língua como o latim, historicamente conhecida, que está na origem de várias outras línguas, da maior presença cultural, como o português, o espanhol, o francês ou o italiano, na qualidade de “língua-mãe”, é fato raríssimo na História. Daí o lugar privilegiado que ocupa a Lingüística Românica, no campo da Lingüística Histórica. Mas, como se depreende

do que acima se disse, a meta científica dessa forma de Lingüística era a reconstrução, através principalmente do recurso às chamadas “leis fonéticas”, que o próprio método conseguira formular, dessa língua comum primitiva, dita *Ursprache*. Ora, foi exatamente esse o caminho que visava percorrer o método *lachmanniano*: por meio da comparação dos manuscritos de uma mesma obra, alcançar o original perdido (o que se dá com textos medievais e clássicos). Cerquiglioni é muito claro a esse respeito:

Fica-se impressionado com a unidade epistemológica desses anos; enquanto os lingüistas classificavam e forma afinal acertada as línguas indo-européias e se atribuíam a tarefa de reconstruir, a exemplo dos paleontólogos, a *Ursprache* primordial e perfeita, os filólogos adotavam um método racional de classificação dos manuscritos que favorecia a reconstrução do *Urtext* arquetipo. (1989: 75)

Lachmann, que respirava o clima positivista da época, sonhava com um método puramente objetivo, que pudesse ser aplicado quase que mecanicamente para atingir a sua finalidade: a produção do arquetipo. A esse respeito são pertinentes estas palavras de Alberto Blecua:

Até o séc. XVIII, os humanistas praticavam basicamente a *emendatio*, quer dizer, a correção do *textus receptus* ou da *editio vulgata* sem estabelecer uma *recensio* – análise das variantes de todos os testemunhos e da filiação destes – de tipo exaustivo. Limitam-se a realizar uma *selectio* de lições e corrigem bem com ajuda de outros testemunhos (*emendatio ope codicum*), bem por conjetura (*emendatio ope ingenii, ex coniectura, divinatio*). Praticam, pois, mais uma simples *recognitio* dos códices que uma *recensio* completa. A grande novidade na filologia do séc. XIX – ... – é a fundação científica da *recensio*. (1988: 31)

E’ também a lição do Prof. Segismundo Spina:

Em suma, o grande mérito do método *lachmanniano* constituiu, não só na refutação dos hábitos editoriais anteriores, na sistematização das normas fundamentais da crítica textual, mas sobretudo na distinção metódica entre os procedimentos da *recensio* e os da *emendatio*. (1994: 73-74)

E, para terminar estas pertinentes considerações sobre Lachmann de Armando Balduino:

... Em 1831, com a edição do Novo Testamento, leva Lachmann finalmente a uma primeira realização o antigo projeto de Bentley e nesta altura pode-se ter como definitivamente fixados os critérios metodológicos que ulteriores confirmações e esclarecimentos encontrarão na edição moderna lucreciana (1850), que é

havida, não de todo com razão, a sua obra-prima: mérito principal o de ter não só sepultado o fetichismo culto da vulgata e anteposto a *recensio à emendatio*, mas também de haver definido – ainda que ... com a excessiva confiança e mecanicidade demasiadamanete rígida – critérios não subjetivos para a seleção das variantes e a reconstrução do arquétipo. (op. cit.: 21)

18. A figura maior do terceiro período é a de *Joseph Bédier*. Bédier não pode ser tido a rigor como um antilachmanniano, melhor será considerá-lo como um revisor da posição do colega germânico. As suas idéias revisoras da metodologia lachmanniana se encontram em longo artigo publicado em *Romania*, 54, 1928, sob o título “La tradition manuscrite du *Lai de L’Ombre*; réflexions sur l’art d’éditer les anciens textes”.

Bédier se contrapõe ao que julga o mecanicismo do método lachmanniano. Em 1890 publicara uma edição crítica da *Lai de l’Ombre* (poema de pouco menos de mil versos, composto na primeira metade do séc. XII), seguindo a metodologia lachmanniana introduzida na França por Gastão Paris. Acompanhando o binarismo conatural ao método de Lachmann, chegava Bédier a um *stemma codicum* bífido. Todavia, em artigo vindo a lume em *Romania*, 19, 1890, G. Paris, aplicando o mesmo método de seu antigo discípulo à *collatio codicum*, passou a um *stemma* tripartido. Retomando posteriormente o assunto, concluiu Bédier ser o binarismo uma imposição do lachmannismo, em conseqüência da técnica da distribuição em ramos na busca do texto único final, o arquétipo. Esse arquétipo, mecanicamente reconstruído, não passaria de um ente fantasmagórico, jamais existente. Conviria, pois, tomar uma atitude mais realista, trabalhar com os manuscritos de fato existentes e selecionar o melhor – *codex optimus* – como base para a edição crítica. Posição “humanista” e não positivista, sem dúvida, porém sem regredir ao subjetivismo ecdótico dos séculos anteriores, porque arrimado numa técnica que a Filologia científica do séc. XIX vinha desenvolvendo. “Nessa teoria”, comenta Cerquigliani, “o mais novo sem dúvida, e o mais importante para nós, é o propósito de abrir aos escribas o mais largo crédito. Bédier dedica uma atenção positiva aos dados da Filologia, a esses manuscritos que o olhar do editor atravessava e que importa considerar” (op.cit.: 99).

19. Não se pense, contudo, que o lachmannismo desapareceu. Continua vivo sob forma de neolachmannismo, especialmente entre os filólogos italianos. A tendência é procurar praticá-lo com outro espírito, que não o do mecanicismo oitocentista. O texto original ou aquele que dele mais se aproximar (particularmente quando se trata de manuscritos medievais) não há de ser visto como algo de abstrato, matematicamente reconstruído. Pois diz Tavani:

... para ler corretamente um texto – ... –, para interpretá-lo bem, para dele tirar a essência de sua contribuição ao saber e introduzir essa contribuição no circuito da cultura universal, cumpre restabelecê-lo por um lado em sua forma ar-

quetípica e, por outro, em seu contexto histórico (individual, social, político, filosófico, religioso, estético-cultural: e cronológico também. (1988: 35)

## BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de (1987) *Iniciação em Crítica Textual*, São Paulo, Presença / EDUSP.
- BALDUINO, Armando (1992). *Manuale di Filologia Italiana*<sup>2</sup>, Florença, Sansoni.
- BARROS, João de (1971). *Gramática da Língua Portuguesa*, reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BLECUA, Alberto (1987). *Manual de Crítica Textual*, Madrid, Editorial Castalia.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1975). *Gramática da Linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira*, introdução, leitura atualizada e notas por —, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CERQUIGLINI, Bernard (1989). *Éloge de la Variante*. Histoire critique de la philologie, Paris, Du Seuil.
- GUDEMAN, Alfred (1940). *Historia de la Antigua Literatura Latino-cristiana*<sup>2</sup>, Barcelona, Labor.
- HIGHET, Gilbert (1959). *The Classical Tradition*<sup>4</sup>. Greek and Roman influences on Western Literature, Oxford University Press.
- HIGOUNET, Charles (1964). *L'Écriture*, Paris, PUF.
- HOUAISS, Antônio (1967). *Elementos de Bibliologia II*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- KROLL, Wilhelm (1941). *Historia de la Filología Clásica*<sup>2</sup>, Barcelona, Labor.
- MAAS, Paul (1958). *Textual Criticism*, Oxford, Claredon Press. Tradução de orig. al. de 1927, 1ª ed.
- MEILLET, Antoine (1918). *Les Langues dans l'Europe Nouvelle*, Paris, Payot.
- NEBRIJA, A. de (1980). *Gramática de la Lengua Catellana*, edição preparada por Antonio Quilis, Madrid, Editora Nacional.
- PFEIFFER, Rudolf (1981). *Historia de la Filología Clásica I*, desde os começos até o final da época helenística; II, de 1300 a 1850, Madrid, Gredos. Trad. de orig. ingl. I 1968; II 1976.
- QUENTIN, Dom Henri (1926). *Essais de Critique Textuelle*, Paris, Auguste Picard.
- RAMALHO, Américo Costa (1969). *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, Instituto de Alta Cultura.

- (1980). *Estudos sobre o Século XVI*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian.
- RESENDE, Mestre André de (s. d., mas provavelmente 1947). *A Santa Vida e Religiosa Conversação de Frei Pedro*, ed. facsimilada, transcrição, introdução e notas de Serafim da Silva Neto, Rio de Janeiro, Dois Mundos.
- REYNOLDS, Leighton D. & WILSON, Nigel D. (1986). *Copistas y Filólogos*, Madrid, Gredos. Trad. de orig. ingl. da 2ª ed. 1974, revista, aumentada e atualizada.
- RIGHI, Gaetano (1967). *Historia de la Filología Clásica*, Barcelona, Labor. Trad. de orig. it.
- SILVA, Maximiano de Carvalho e (1994). “Crítica Textual. Conceito, Objeto, Finalidade”. *Confluência*, revista do Instituto de Língua Portuguesa, do Liceu Literário Português, n° 7, 1º semestre de 1994, p. 57-63.
- SPINA, Segismundo (1994). *Introdução à Crítica Textual<sup>2</sup>*, São Paulo, Ars Poetica / EDUSP.
- TAVANI, Giuseppe (1988). “Teoría y metodología de la edición crítica”, *Litterature Latino-Américaine et Caraïbes du XXº Siècle, Théorie et Pratique de l’Édition*, a cura di Amos Segala, p. 35-51, Université de Paris, Bulzoni.

\*\*\*